
O CUSTO OPERACIONAL DAS COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA

OPERATING COSTS OF COOPERATIVE DECENTRAL REGION SOUTH OF SANTA CATARINA

Dimas de Oliveira Estevam

*Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Endereço: Avenida Universitária, 168. Bairro
Universitário, Cep: 88804-750 – Criciúma/SC
Telefone: (048) 99931859
E-mail: doe@unesc.net*

Joelcy José Sá Lanzarini

*Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Endereço: Avenida Universitária, 168. Bairro
Universitário, Cep: 88804-750 – Criciúma/SC
Telefone: (048) 91461073
E-mail: joelcy@unesc.net*

Giovana Ilka Jacinto Salvaro

*Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Endereço: Avenida Universitária, 168. Bairro
Universitário, Cep: 88804-750 – Criciúma/SC
Telefone: (048) 99842020
E-mail: giovana@unesc.net*

Recebido: 11/08/2014

Aprovado: 03/04/2015 Publicado: 30/04/2015

RESUMO

Na região Sul Catarinense, os agricultores familiares vêm se organizando em cooperativas descentralizadas, com o objetivo de enfrentar, em conjunto as dificuldades de comercializar sua produção no mercado que individualmente seriam consideradas muito difícil. O modelo de organização cooperativa descentralizada ou não patrimonial permite aos pequenos produtores rurais legalizar suas atividades produtivas, diversificar a produção, revitalizar outras abandonadas ao longo do tempo devido aos altos custos individuais. Organizados, desta forma, os agricultores da região obtiveram redução nos custos de comercialização e conquistaram novos espaços no mercado. Entretanto, após alguns anos de funcionamento, estas cooperativas enfrentam problemas de manutenção devido aos custos operacionais. Diante disto, o objetivo do presente artigo é levantar o custo operacional mensal de manutenção de uma

cooperativa descentralizada. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa. As fontes primárias foram obtidas por meio de anotações e gravações de reuniões realizadas no decorrer dos anos de 2012 e 2013; já as fontes secundárias por meio de balanços e balancetes de duas cooperativas. Os resultados obtidos com o desenvolvimento do projeto, constata-se, mesmo sendo cooperativas descentralizadas “não patrimoniais”, o custo operacional mensal de manutenção de uma cooperativa é de aproximadamente R\$ 4.000,00, totalizando aproximadamente R\$ 50.000,00 anuais, sem considerar os custos de produção e os tributos da comercialização.

Palavras-chave: Cooperativas descentralizadas. Custo operacional. Rede de cooperativas. Agricultura familiar.

ABSTRACT

In the southern region of Santa Catarina, family farmers have been organizing in equity or non-cooperative decentralized, aiming to face together the difficulties to market their production on the market that would be considered individually very difficult. The model of decentralized or not equity, cooperative organization allows small farmers to legalize their productive activities, diversify production, other revitalize abandoned over time due to the high individual costs. Organized in this way, the region's farmers obtained a reduction in marketing costs and won new market spaces. However, after a few years of operation, these cooperatives face maintenance problems due to operating costs. Given this has as research problem the following question: what is the monthly operating cost of maintaining a decentralized cooperative? Thus the aim of this article is to raise the monthly operating cost of maintaining a decentralized cooperative. The methodology used was the case study with a qualitative approach. Primary sources were obtained through notes and recordings of meetings held during the year 2012 and 2013, as secondary sources through statements and balance sheets of the two cooperatives. The results obtained with the development of the project, it appears, even if "non-material" decentralized cooperatives, the monthly operating cost of maintaining a cooperative is approximately R\$ 4,000.00, totaling approximately R\$ 50,000.00 per annum, consider the costs of production and marketing of taxes.

Keywords: Decentralized Cooperatives. Operating cost network of cooperatives. Family farming.

1. INTRODUÇÃO

Na região Sul do Estado de Santa Catarina, mais especificamente nos municípios de abrangência da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) e da AMUREL (Associação dos Municípios da Região de Laguna), estão sendo desenvolvidas as atividades de pesquisa extensão em parceria entre o GIDAFEC/UNESC/CNPq (Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo) e a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) Regional de Criciúma.

Com pesquisas realizadas pelo Gidafec na região, haviam sido identificadas algumas dificuldades para viabilizar a produção individualmente, nas pequenas agroindústrias familiares, entre as quais se destaca a burocracia da legislação vigente para o registro dos empreendimentos e dos produtos agroindustriais; dificuldade de gerenciar o empreendimento; a contribuição previdenciária; as altas taxas de legalização e os altos valores dos tributos. Contudo, o maior entrave estava na comercialização, os agricultores se deparavam com a legislação sanitária vigente, a qual dificilmente levava em consideração as especificidades da pequena produção familiar, impedindo uma igualdade na concorrência das agroindústrias familiares com as grandes agroindústrias.

Estas questões fizeram com que o meio rural fosse, nas últimas décadas, perdendo grande parte de

sua população. Na região, muitas famílias têm buscado alternativas para viabilizar a sua permanência nas unidades de produção. A luta é para a diminuição da intermediação no processo de comercialização ou possibilidade de uma agregação de valor maior ao produto. Estas experiências têm resultado em maior retorno econômico para as famílias, auxiliado na sua permanência no meio rural e criado bases para um processo mais complexo de organização, como são as cooperativas descentralizadas.

Ou seja, para ser manter na atividade, os agricultores começaram a produzir a partir da agroindustrialização, que passou a ocupar um espaço importante, pois, ao mesmo tempo em que representou uma alternativa de renda para as famílias, possibilitou a utilização de matéria-prima oriunda da própria propriedade, em atividades já inseridas na dinâmica de reprodução destas famílias. Isto possibilitou principalmente a agregação de valor aos produtos, a qual tem proporcionado novas fontes de renda e trabalho no campo, bem como a melhoria da qualidade de vida. Embora estas atividades já tivessem vínculos com o seu modo de vida, os quais a partir de uma necessidade passaram a desenvolvê-la voltada para o mercado.

Para comercializar a produção existe uma legislação específica, porém voltada, prioritariamente, para os grandes complexos agroindustriais, o que dificulta a entrada de agricultores, de base familiar, nos mercados. Por isso, se faz necessário uma mudança na legislação vigente (em suas diversas formas – sanitária, jurídica, fiscal, tributária e trabalhista), para que seja mais favorável para a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, seja na forma primária ou transformada, de origem animal ou vegetal, garantindo a qualidade dos produtos produzidos por esses sujeitos (FERRAZ, *et al.*, 2008).

Diante destas dificuldades, as cooperativas descentralizadas ou não patrimoniais foram criadas como forma alternativa de organização ao modelo cooperativo centralizado e patrimonial. Através do incentivo da Epagri, foi concebida outra forma de organização cooperativa, o modelo se expandiu em todas as regiões de Santa Catarina. No estado catarinense, essas cooperativas receberam denominações diferentes: no Oeste são conhecidas como “cooperativas rurais descentralizadas”, na Região Sul “Cooperativas Virtuais” e, ainda, são denominadas de “cooperativa não-patrimonial” para diferenciar das cooperativas tradicionais. No presente artigo foi adotada a denominação “cooperativas descentralizadas”. Essas cooperativas representam uma quebra de paradigma organizacional, cultural, econômico e produtivo ao fugir da ideia majoritária de que o setor agropecuário, para constituir uma organização produtiva necessita de grandes instalações e altos investimentos em infraestrutura (ESTEVAM *et al.*, 2011).

Este modelo de organização cooperativa permite aos pequenos produtores rurais legalizar suas atividades, diversificar a produção e, ao mesmo tempo, revitalizar outras abandonadas ao longo do tempo devido ao alto custo de produção individual. Organizados, desta maneira, os agricultores da região obtiveram ganho de escala, para conquistar espaços no mercado para seus produtos.

Estas cooperativas recebem o mesmo tratamento legal das cooperativas tradicionais, tais como: o número mínimo de 20 sócios para a fundação; registro em juntas comerciais; inscrição na receita federal e estadual; assim como, todos os demais registros necessários em decorrência do ramo de atividade da cooperativa. A diferença deste modelo é a possibilidade de constituir a cooperativa sem a necessidade de infraestrutura para armazenagem e produção. A única exigência é ser agricultor e ter o espírito empreendedor, uma vez que cada cooperado utiliza o seu próprio empreendimento para produção, cabe à cooperativa viabilizar a comercialização na sua sede (quando existir) ou diretamente no comércio em geral e para o poder público (PAA – Programa de Aquisição de Alimentos).

A primeira cooperativa descentralizada da região foi a COOFANOVE (Cooperativa de Agricultores Familiares de Nova Veneza - SC) fundada em 2004. Após esta primeira experiência outras foram sendo criadas em outros municípios da Região, quais sejam: a Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma - SC, a COOPAFI (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Içara – SC), a COONAFOR (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha - SC), a COOFASUL (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares

de Urussanga - SC), a COAFF (Cooperativa de Agricultura Familiar de Morro da Fumaça - SC) e a COOPERMILLA (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Lauro Muller - SC), COOPERRICA (Cooperativa do Vale do Rio Capivari) em Armazém – SC, entre outras

A criação das cooperativas possibilitou resgatar e revitalizar inúmeras atividades de produção artesanal e culturais abandonadas devido à falta de escala e sua consequente inviabilidade em termos de custo de produção. Se, por um lado, as cooperativas conseguiram resolver o problema da legalização da produção e da comercialização, por outro, enfrentam dificuldades de escala na comercialização, pois cada cooperativa busca individualmente, em seu próprio município, mercado para seus produtos. No entanto, em alguns municípios a demanda é insuficiente e isso está inviabilizando algumas cooperativas. Embora já consigam vender seus produtos para a merenda escolar municipal, feiras municipais, entre outros, existe a consciência por parte das diretorias de que é preciso organizar-se em rede para ampliar e consolidar os mercados conquistados, buscar novos espaços e outras maneiras de inserção para que possam crescer.

Desta maneira, analisa-se o custo operacional mensal de manutenção de uma cooperativa descentralizada. Esta situação dos custos poderá levar o sistema a ter perdas e não avançar, limitar o crescimento e o desenvolvimento do modelo. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é levantar o custo operacional mensal de manutenção de uma cooperativa descentralizada. E propor uma rede de cooperação entre as cooperativas descentralizadas da Região Sul catarinense, para a construção de espaços conjuntos de comercialização. Parte-se da suposição de que a formação da rede possibilitará ganhos importantes para as cooperativas, tais como: a diminuição de custos operacionais na manutenção, fortalecimento da marca que passa a ser regional, fortalecer o movimento, profissionalização na gestão e, principalmente, na ampliação do mercado de comercialização.

Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. As informações foram obtidas a partir de anotações, gravações e documentos das cooperativas. As fontes primárias (anotações e gravações de reuniões) foram coletadas através no decorrer dos anos de 2012 e 2013, já as fontes secundárias por meio de balanços e balancetes de três cooperativas. Quanto aos objetivos, o trabalho é descritivo, já que se utiliza de técnicas pautadas em coleta de informações e sua descrição (GIL, 1991).

O presente artigo encontra-se dividido da seguinte forma: a primeira parte trata dos aspectos introdutórios; a segunda faz uma breve revisão da literatura sobre a questão da agricultura familiar; os aspectos referentes às cooperativas descentralizadas; o terceiro, caso das Cooperativas descentralizadas de agricultores familiares da região do sul do estado de Santa Catarina e, por fim, a conclusão.

2. ASPECTOS GERAIS DAS COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS

Antes de detalhar os resultados dos trabalhos realizados, é necessário discorrer sobre os pressupostos das cooperativas virtuais ou não patrimoniais. Estas cooperativas quando comparadas às tradicionais apresentam algumas vantagens. A primeira é em relação a pouca flexibilidade das cooperativistas tradicionais nas tomadas de decisões. A maioria das cooperativas tradicionais tem um mix de produtos reduzido, quando comparada às descentralizadas. A segunda é a questão geográfica: como os produtores rurais residem distantes uns dos outros, não poderiam participar de uma estrutura produtiva centralizada. A terceira é em relação aos resultados: devido à centralização das receitas e a necessidade de capitalização constante, as cooperativas tradicionais necessitam centralizar as sobras não podendo distribuir na sua totalidade, o que acaba por gerar uma discrepância entre a cooperativa, que cresce, e o cooperado, que fica estagnado. Ou seja, o modelo tradicional é pouco flexível para atender as especificidades dos produtores rurais, por isso, estas organizações, quando se tornam grandes, na sua maioria pouco se diferenciam das grandes agroindústrias em relação ao tratamento aos associados.

Em relação às cooperativas descentralizadas, para Bialoskorski Neto (2002), acontece o contrário das tradicionais, porque as mesmas não possuem prédios ou administração e movimentam pequena quantidade de produtos, mas com diferenciados padrões de qualidade, orientados para lacunas (nichos) de mercados. E, também, são denominadas de descentralizadas (ou não patrimoniais), por não possuírem sede própria. O Cooperativismo descentralizado surgiu no Brasil, segundo Bialokorski Neto (2002, p. 13), em razão dos altos custos de gestão das cooperativas tradicionais, em forma de cooperativas diferenciadas:

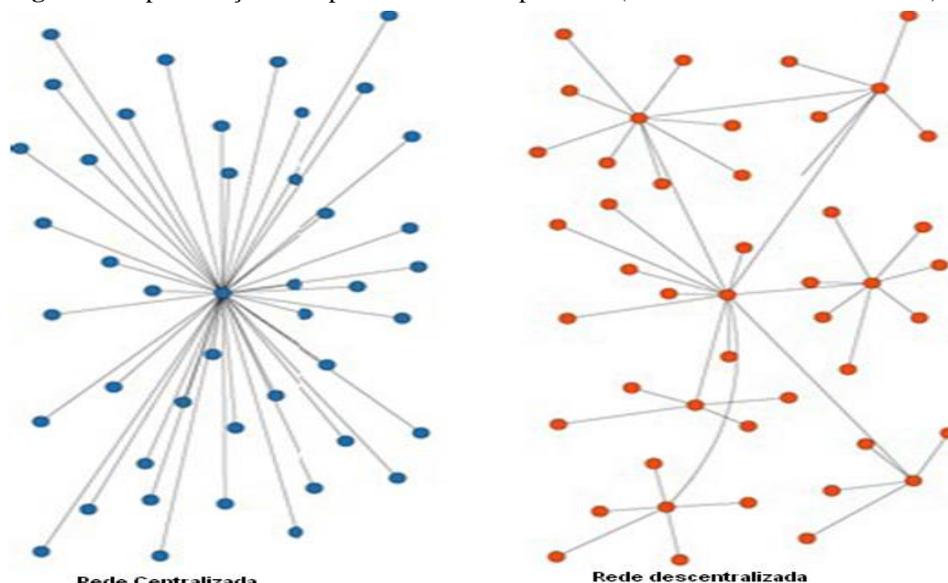
[...] não apresentam ativos imobilizados e estruturas de processamento e distribuição próprias. Essas organizações não têm nas economias de tamanho e escala a sua vantagem de custos, mas objetivam a vantagem de custos na ausência de manutenção e investimentos em próprios imobilizados, funcionários e corpo administrativo próprio. Estas cooperativas ditas virtuais são organizações cooperativadas caracterizadas por pequeno número de sócios, entre 20 e 30 na maioria dos casos, que não possuem prédios ou administração e que movimentam pequena quantidade de *commodities*, mas com altos e diferenciados padrões de qualidade, ainda orientados conscientemente, de forma segura, para nichos internos de mercado.

Outra inovação deste modelo cooperativo é a sua estruturação financeira que obedece a lógica da engenharia financeira, por não considerar o capital imobilizado. Isso possibilita a essas organizações grande flexibilidade, porque podem estar no mercado transacionando ou não, tudo depende dos estímulos de preços; se os mesmos compensarem a atividade continua, do contrário a atividade cessará e retorna aos negócios somente em condições mais favoráveis. Pode-se destacar que a eficiência do modelo relaciona-se com as operações terceirizadas e profissionalizadas, cujos riscos e benefícios são divididos, funcionando como um permanente incentivo para obtenção de melhores resultados, também para cooperativa. (BIALOSKORSKI NETO, 2002).

Pode-se considerar, segundo o autor supracitado, que as cooperativas descentralizadas são empreendimentos provenientes de uma coalizão de interesses, que fazem com que, pela ausência de financiamentos e imobilizados, os produtores rurais membros não tenham compromissos de dependência com a cooperativa. E, também, o número reduzido de cooperados propicia assembleias mais participativas, reduzindo as hierarquias de informações intragrupo. O pequeno grupo permite diminuir a assimetria de informações entre os associados, melhora a sensibilidade de tratamento e percepções de informações sobre o mercado, o que permite identificar as melhores oportunidades.

As cooperativas descentralizadas são consideradas um modelo original de organização cooperativista, por diversos (GONTIJO, 2005) e representa uma nova forma de empresa associativa que reúne produtores e produção de maneira organizada, permitindo a adequação dos produtos produzidos as tendências e exigências do mercado. Outro aspecto que diferencia as cooperativas descentralizadas é a diversidade de produtos e a flexibilidade da produção que é descentralizada. Por isso, é possível produzir grande variedade de produtos a um baixo custo operacional, o que não se conseguiria nos moldes usuais de cooperativas tradicionais ou de agroindústrias.

Estas cooperativas representam “novas” oportunidades de ocupações, atividades e funções para o meio rural. Com a intensificação da relação entre o rural e urbano, as pessoas do campo desenvolvem atividades anteriormente consideradas “urbanas”. Através das cooperativas virtuais muitas atividades puderam ser resgatadas e outras introduzidas, como são os casos das agroindústrias familiares, produção agroecológica, turismo rural, outras atividades não-agrícolas, prestação de serviços, mas isso é somente foi possível por meio destas organizações coletivas em rede. Ou seja, essas cooperativas representam novas formas de inserção desses produtores rurais no mercado. Numa entrada autônoma, em cadeias produtivas curtas, em que podem usufruir de melhores condições de negociações nestas cadeias, através da organização em cooperativas.

Figura 1: Representação dos tipos de rede de cooperativas (centralizada e descentralizada)

Cooperativas tradicionais

Cooperativas descentralizadas

Fonte: Retomando conceitos (2014) - Adaptado

As cooperativas descentralizadas proporcionam aos cooperados desenvolver suas atividades em redes de cooperação entre os cooperados ou entre as cooperativas. Conforme demonstra a Figura 1, diferentemente das cooperativas tradicionais que tem a produção e comercialização centralizada, as cooperativas descentralizadas proporcionam a cooperação entre os cooperados (ou entre as cooperativas) que podem estar organizadas na produção, processamento e/ou comercialização de produtos, são orientados por objetivos comuns e solidários, numa organização baseada na horizontalidade e na endogenia. Ainda, com base na Figura 1, se percebe que numa rede centralizada, quando se ataca o centro, atinge-se toda a rede, como seria o caso de uma cooperativa tradicional. Numa rede descentralizada, isso não acontece, pois o poder está distribuído por toda a rede (MIGUELETO, 2001).

A liderança exercida por esses produtores e a mobilização coletiva de recursos sociais, técnicos e naturais proporcionam a diversidade dos produtos processados dos empreendimentos e a agregação de valor, por meio da cooperação. A importância dos mercados locais e das relações diretas com o consumidor, aliado a rede de cooperação são estratégicos para a sobrevivência destes produtores e das cooperativas.

Enfim, a cooperativa descentralizada, para Estevam *et al.*, (2012), ocupa um novo espaço de organização e representação política e comercial, conferindo mais organização aos produtores. Há uma remodelação de todo o seu sistema de operação com a instituição das cooperativas virtuais, de estrutura simplificada, com redução substancial dos custos operacionais e aumento nas sobras aos cooperados.

2.2 Revitalização das atividades produtivas por das cooperativas descentralizadas

Santa Catarina é reconhecida nacionalmente por suas comunidades rurais com forte influência da colonização italiana e alemã. A revitalização desta herança étnico-cultural, através da valorização em vários aspectos da origem das famílias, não deve se restringir a políticas públicas, culturais e educativas, a partir da evocação do histórico, das municipalidades em questão. A valorização deve partir tanto do campo quanto da cidade, para uma ressignificação do rural.

Muitos recantos no interior dos municípios, nas mais diversas localidades ou ao largo das sedes municipais, estão se tornando foco de interesse comercial, pecuniário, imobiliário, recebendo a atenção dos setores urbanos e dando novos rumos à antiga história de que o êxodo rural era irreversível, em tantos tratados econômicos (ABRAMOVAY, 2003).

Sobre esta questão da valorização do campo, Rodrigues (2009, p. 2) ressalta, sobretudo, os aspectos positivos:

[...] assiste-se a um crescente processo econômico que, além de valorizar antigas formas produtivas e sociais do rural, agrega outras práticas econômicas, como o consumo espacial do campo, através de residências de final de semana para os cidadãos, da privatização dos espaços naturais e do consumo das relações sociais do rural, que são vendidos através de rotas e programas turísticos que integram passeios, festividades e a venda de produtos alimentares e artesanais típicos do rural. A exploração econômica do campo para além das atividades agrícolas, também acarreta consequências negativas; no entanto, a revalorização e a inovação de atividades econômicas no campo, atualmente, têm se consolidado pelo lado positivo de serem importantes alternativas para a manutenção de famílias rurais.

A diversificação das atividades é considerada, pelos autores acima citados, como o aumento do potencial do campo, em termos de fomento à multiplicação das atividades que possam gerar dividendos às famílias que conduzem a agricultura no interior dos municípios. Pode incluir vínculos do rural e do urbano. Isto porque as atividades que mostram a vida do interior como salutar, assim como seus produtos e a vinculação do potencial agrícola como fixador do modo de vida do homem do campo, tornam-se políticas de desenvolvimento rural.

Os processos sociais que favorecem a diversificação e a valorização de recursos territoriais ambientais específicos podem contribuir para o reconhecimento dos múltiplos papéis da agricultura familiar. A partir deste ângulo, o rural ganha terreno, com a ideia de que o espaço territorial carrega vida, natureza e cultura, com potencial para se desenvolver (MARQUES, 2009).

Dessa forma, acredita-se que mesmo havendo um "um novo rural", uma "nova ruralidade", o campo continuará se transformando, mantendo algumas funções e agregando outras. É preciso, portanto, que se saiba olhar o espaço rural com outros olhos. Para Marques (2009, p. 104), "como em geral a imagem comum do campo é associada ao passado, à tradição, aos costumes humanos e naturais e a da cidade ao futuro, à modernização, ao desenvolvimento, fica faltando o presente."

Com este retrato da agricultura familiar, evidencia-se que a diversificação da produção e agregação de valor ao produto são possibilidades de permanência dos produtores rurais no campo, porque atualmente lhe permitem obter renda, através da valorização seus produtos, agregando valor, e isto em caráter de união com as outras famílias de uma região, em trabalho conjunto de valorização de todo o espaço.

Diante disto, a Lei 11.326/2006 corrobora com as possibilidades de diversificação das atividades do campo. Conforme Heck (2006), a lei foi uma conquista de mais de dez anos de lutas dos movimentos sociais do campo. Com esta lei, os agricultores familiares passaram a ser reconhecidos como uma categoria produtiva, de acordo com os parâmetros do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sob responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Assim, as políticas públicas da agricultura familiar são institucionalizadas e articulam-se, em todas as fases de implantação, gestão e execução, com as políticas direcionadas à Reforma Agrária. Isto contribui para uma maior descentralização das ações públicas e para a sustentabilidade ambiental e socioeconômica, promovendo a participação dos agricultores na sua formulação e implantação. O agricultor familiar agora é reconhecido, para todos os efeitos, legal e profissionalmente.

Outro fator favorável para o surgimento das cooperativas descentralizadas foi que nos últimos anos o Governo Federal criou inúmeros Programas de incentivos a agricultura familiar. Dentre os quais se

destaca o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que vem se desenvolvendo desde 2003. Os participantes do Programa são pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, que recebem em doação os alimentos adquiridos dos agricultores familiares, e os participantes são aqueles se enquadram no PRONAF.

O PAA tem por objetivo incentivar a agricultura familiar; compreendendo ações juntamente com a distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar. Recompensando o pequeno produtor com venda a preço justo, de forma a remunerar o investimento e o custeio da lavoura, incluindo a mão-de-obra, e lhe permita ter recursos financeiros suficientes para a sobrevivência de sua família com dignidade (BRASIL, 2014).

As cooperativas promovem a interação entre os cooperados e proporciona acesso a serviços essenciais para a viabilidade econômica como marca própria, certificação, padronização dos produtos, serviços de contabilidade, programa de informática para controle da entrada e saída, compras e vendas em conjunto, e principalmente integração para participar dos mercados institucionais como o PAA. Em suma, as cooperativas são estruturadas de forma a atender e auxiliar na atuação das seguintes áreas: negócios, organização e assistência; apoio às unidades familiares de produção e gestão. Na área de gestão, a contribuição institucional é essencial por viabilizar os serviços descritos que seriam inviabilizados se cada cooperado tivesse que mantê-los individualmente.

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA DE CAMPO

Conforme já destacado acima, o que levou os produtores rurais a buscar alternativas para viabilizar os seus empreendimentos familiares foram problemas relacionados à falta de legalização, tanto na produção quanto na comercialização. Informalmente, esses produtores tinham seus produtos confiscados, ora devido ao não pagamento de tributos, ora problemas relacionados à vigilância sanitária.

Entretanto, os altos custos relacionados à legalização dos empreendimentos impediam os produtores rurais de saírem da clandestinidade e comercializar formalmente os seus produtos no mercado. Problemas com a vigilância sanitária, sobretudo, os produtos de origem animal, tais como: carnes, salames, queijos, mel, entre outros. Numa pesquisa realizada no interior do estado do Paraná, Brito (2007) já havia detectado essa dificuldade na comercialização, sob a alegação de que os mesmos não haviam sido submetidos às normas de fiscalização exigidas por lei para serem comercializados livremente junto aos consumidores. No entanto, os que tentaram legalizar acabaram encerrando suas atividades devido aos altos custos com a legalização.

A saída encontrada, tanto Paraná, como em Santa Catarina, foi à criação das cooperativas descentralizadas, com vistas à superação dos entraves referentes às questões de legalização das agroindústrias familiares, tais como: Registros de Inspeção Sanitária, Registros no Ministério da Agricultura, entre outros. Entre as exigências, destacam-se as relacionadas ao PAE (Programa de Alimentação Escolar), pois são ditadas nas suas leis e regulamentações no que tange ao controle de qualidade dos alimentos adquiridos pelas escolas, seguindo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Segundo representantes da Epagri, estas exigências impossibilitavam a formalização devido à necessidade de tomarem uma série de medidas que tornariam a produção onerosa a ponto dos produtores tornarem-se inadimplentes. Para superar os entraves, os municípios da Região Sul Catarinense contaram com ações conjuntas da Epagri e das vigilâncias sanitárias das prefeituras municipais, através da implantação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), que a partir da criação das cooperativas descentralizadas possibilitou a legalização sanitária de produtos de origem animal, para serem comercializados para a Merenda Escolar dos municípios e no comércio em geral.

A partir da criação das cooperativas, o desafio é organizá-las para trabalharem em redes de cooperação, visando obter uma sinergia de esforços, o que resultará em benefício para todos os membros do grupo. Se num primeiro momento, a organização em forma de cooperativa descentralizada possibilitou a produção em pequena escala, mas com produtos diferenciados e alto valor agregado, foi à forma alternativa para legalizar a produção e a comercialização, agora o desafio é trabalhar em rede para garantir a longevidade destes empreendimentos.

Por isso, o desafio é criar uma rede de cooperativas descentralizadas na Região. Esta etapa é um passo importante para o fortalecimento do movimento. Na mesma lógica de antes da criação das cooperativas, neste período os empreendedores rurais trabalhavam isoladamente e sem perspectivas de continuidade no campo, com criação das cooperativas tiveram um *upgrade* em seus empreendimentos. Agora é a vez de dar mais um passo a frente, por meio da integração destas cooperativas em rede, pois, se isso não ocorrer, as chances de sobrevivência e de crescimento destas cooperativas poderão estar comprometidas.

O trabalho em rede de cooperação entre os cooperados possibilitou alcançar resultados positivos. Entretanto, constata-se, mesmo sendo cooperativas descentralizadas, não patrimoniais, o custo operacional mensal de uma cooperativa é relativamente elevado para ser diluído entre um número reduzido de cooperados. Pois os mesmos, na sua grande maioria, têm uma renda mensal que varia entre dois a quatro salários mínimos (de R\$ 1.244,00 a 2.488,00). Por isso, a criação de uma rede de cooperativas para região é de fundamental importância para a sobrevivência das mesmas.

Constata-se que mesmo sendo cooperativas descentralizadas ou não patrimoniais, o custo operacional mensal de manutenção de uma cooperativa é de aproximadamente R\$ 4.000,00, totalizando em torno de R\$ 50.000,00 por ano, sem considerar os custos de produção de cada empreendimento e os tributos da comercialização – somando isso este valor se eleva ainda mais.

A organização do quadro 1 mostra um comparativo entre cooperativas da Região. Os nomes das cooperativas foram omitidos para preservar o anonimato das organizações.

Quadro 1: Comparativo entre as cooperativas descentralizadas da Região

COOPERATIVAS	A	B	C
ÍNDICES			
Liquidez Geral	1,90	1,12	9,24
Liquidez Corrente	1,90	1,12	9,24
Liquidez Seca	1,90	1,08	9,23
Composição do Endividamento	-	90,36%	10,83%
Retorno do investimento Total	32,64%	0,38%	6,52%

Fonte: Pesquisa de campo

A Liquidez Geral, segundo Marion (2010), mede a proporção dos bens e direitos a serem realizados a curto e longo prazo em relação às dívidas totais. Neste caso, para cada R\$ 1,00 de dívida à Cooperativa A tem 1,90, B tem 1,12 e a C tem 9,24 para pagar.

A Liquidez Corrente, conforme o autor supracitado, mede a capacidade de pagamento da empresa em curto prazo. Para cada R\$ 1,00 de dívida em curto prazo a Cooperativa A tem 1,90, a B 1,12 e a C tem 9,24 para pagar.

Sobre a Liquidez seca, Iudícibus (2007), mede a capacidade de pagamento da cooperativa em curto prazo, desconsiderando os estoques. Para cada R\$ 1,00 de dívida em curto prazo a Cooperativa A tem 1,90, a B tem 1,08 e a C tem 9,23 para pagar.

Em relação à Composição do Endividamento, Marion (2010), revela se existe ou não excesso de dívidas em curto prazo sobre as obrigações totais. Constatou-se que a Cooperativa B tem um excesso de dívidas em curto prazo com 90,36%, o restante é de longo prazo. A C possui índice normal de endividamento com apenas 10,83% de dívidas em curto prazo. Não foi possível calcular a composição do endividamento da Cooperativa A, pois a mesma, não possui passivo não circulante, indispensável para o cálculo deste índice.

Retorno do investimento total nos mostra a capacidade que as cooperativas têm de produzir lucros com todo o ativo aplicado. Observou-se que a Cooperativa A foi a que teve mais sobras, com 32,64% em relação ao ativo aplicado e a Cooperativa B com apenas 0,38% em que se considera um índice relativamente baixo em relação ao ativo aplicado.

4. CONCLUSÕES

Desta forma conclui-se que a diversificação da produção, associada à modalidade de cooperativismo descentralizado, é uma forma alternativa de legalizar a produção e a comercialização dos agricultores familiares. Isso acontece por meio da formalização da venda dos produtos, bem como da compra em conjunto de insumos para a propriedade. No entanto, mesmo sendo cooperativas não patrimoniais, se constatou que o custo operacional mensal de uma cooperativa é elevado para ser diluído entre os cooperados de uma cooperativa. Pois os mesmo têm uma renda mensal de pouco mais de dois salários mínimos mensais. Por isso, a criação de uma rede de cooperativas para região é essencial para a sobrevivência e fortalecimento das mesmas.

5. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BIALOKORSKI NETO, Sigismundo. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um estudo analítico**. Ribeirão Preto: USP. 2002. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sigbial/insere_out2002/Estrategias_e_Cooperativas_Sig2.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.
- BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CONAB**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_papel_conab.html> Acesso em: 02 ago. 2014.
- BRITO, Celestino de O. **Limites para adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos de mercado**. In.: BRANDENBURG, Alfio *et al.* Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007.
- ESTEVAM, D. O. *et al.* **Cooperativismo virtual: o caso da cooperativa de produção agroindustrial familiar de Nova Veneza (COOFANOVE)**, em Santa Catarina. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.28, n.2, maio/ago 2011. 485- 507 p.
- ESTEVAM, D. O. *et al.* Cooperativas rurais não-patrimoniais (ou virtuais) e o difícil caminho da formalidade: o caso dos agricultores familiares da região do sul do Estado de Santa Catarina. REDD – **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 5, n. 2, jul/dez 2012. 19 p
- FERRAZ, O. G. *et al.* Sistema Coopafi: o desafio da construção de um sistema integrado de comercialização e de apoio às agroindústrias familiares da região sudoeste do Paraná. Rio Branco –

- Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) 2008. **Anais**, (CD Rom).
- GONTIJO, Jacques. Cooperativismo – um caminho mais seguro para os produtores de leite. **Revista Informe Agropecuário Itambé**, Itambé/MG, 2005. Disponível em: <<http://www.itambe.com/Cmi/Pagina.aspx?643>>. Acesso em 10 set. 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.
- HECK, Selvino. **A força da agricultura familiar**. 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/migracao/noticias/artigo-a-forca-da-agricultura-familiar>. Acesso em 23 jul. 2014.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9. ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2007. 254 p.
- MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 6a. ed São Paulo: Atlas, 2010. 312 p.
- MARQUES, Marta Ignez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. São Paulo: **Revista Terra Livre** - AGB, n.19, jul./dez. 2002. 95-112 p. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N19.pdf Acesso em: 04 jul. 2014.
- MARQUES, Paulo Eduardo M. Agricultura familiar tem papel multifuncional, contribuindo para desenvolvimento territorial. **Revista Cidadania e Meio Ambiente**, Portal EcoDebate, USP. 2009. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/06/25/agricultura-familiar-tem-papel-multifuncional-contribuindo-para-desenvolvimento-territorial/>. Acesso 10 jul. 2014.
- MIGUELETTO, Danielle Costa Reis. **Organizações em Rede**. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado), Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 2001. 96 p. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf?sequence=1> acesso em 04 ago. 2014.
- RETOMANDO CONCEITOS... Disponível em: <http://educasol.wordpress.com>. Aceso em: 04 ago 2014.
- RODRIGUES, Suelen De Leal. **A práxis da economia solidária no contexto do desenvolvimento territorial sustentável: o caso do Projeto Esperança Cooesperança**. XXIX Congresso de Geografia. Mauá/SP. 2009. Disponível em <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2619>. Acesso em 01 ago. 2014.